



IPREVE

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
BARRA VELHA**

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ATA 12/2020

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPREVE, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº180 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aos 15 dias do mês dezembro de 2020, as 15:00 h, na sede do IPREVE reuniram-se os membros do Comitê de investimentos para reunião ordinária do mês. O Presidente do comitê de investimentos Sr. Ivo Irineu Bernardo que abriu a reunião cumprimentando a todos e dando início a reunião ordinária. Em seguida o Diretor Administrativo e Financeiro Edivaldo Navarro Cachoeira fez a leitura do relatório de investimentos do mês de novembro. O IPREVE está com um patrimônio aplicado na ordem de R\$ 40.537.190,30 (quarenta milhões quinhentos e trinta e sete mil cento e noventa reais e trinta centavos). A rentabilidade do mês foi R\$ 632.230,66 (seiscentos e trinta e dois mil duzentos e trinta reais e sessenta e seis centavos). Aplicação BB FIC Prev. Perfil Renda Fixa R\$ 710.369,36(setecentos e dez mil trezentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos) e R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) Aplicação Caixa Brasil Referenciado. Patrimônio aplicado 77,01% está na Caixa Econômica Federal e 22,98% no Banco do Brasil. Percentual aplicados em fundos de renda fixa 87,92%, em Fundos multimercados 5,74%, em renda variável 6,05% e em conta corrente 0,30%. A rentabilidade na carteira no mês de novembro 1,62%. O acumulado da Meta até o mês de novembro 2,05% meta 9,63% com um déficit para alcançar a meta de 7,58%, a carteira Enquadrada em relação à Resolução CMN nº 3.922/2010 e à Política de Investimento vigente. Os indicadores do mês, CDI 0,15%, IRFM1 0,36%, IMA-B 2,00% e IBOVESPA 15,90%. Em seguida foi analisada a Política de Investimentos para 2021. Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social –RPPS, o IPREVE apresenta a versão final de sua Política de Investimentos para o ano de 2021. A Política de Investimentos estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017, pela Resolução CMN Nº 4.695, de 27 de novembro de 2018 e pela Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012, MPS nº 440/2013, MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os princípios de risco, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. A Estratégia Alvo do IPREVE está alinhada com a expectativa de um ambiente de muitas incertezas, em decorrência das agendas políticas e econômicas que encontram cada vez mais dificuldades de serem apreciadas. Somado a outros fatores, tais como o baixo nível de atividade e a inflação abaixo da meta, acabam refletindo a nova realidade das taxas de juros no país. É claro que não se leva em conta nessas afirmações cenários de altíssimo stress (internos ou externos) como o ocorrido com o surgimento do COVID-19 ou deterioração dos fundamentos macroeconômicos do país. Para o ano de 2021, uma combinação de taxa de juro “baixa”, inflação ainda sob controle, certamente levarão o RPPS a assumir mais risco de mercado e, eventualmente, de crédito se houverem opções para isso. Quanto a alocação de recurso o Comitê aprovou a seguinte tabela para a Política de Investimentos de 2021. A Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e no Exterior. Diante das características de suas obrigações, seus objetivos, o grau de maturação e o cenário macroeconômico esperado, a PI define os seguintes limites para os investimentos: considerando ainda, a adesão ao Nível I do IPREVE ao Pro-Gestão.

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS
RESOLUÇÃO

3.922/2010

	LIMITE		ESTRATÉGIA	
	INFERIOR	ALVO	SUPERIOR	
ARTIGO 7º - RENDA FIXA	100%	0%	70,5%	100%
TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN - ART. 7º, I, A	100%	0%	10,0%	100%
FI 100% TÍTULOS TN - ART. 7º, I, B	100%	0%	39,0%	100%
ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS - ART. 7º, I, C	100%	0%	0,5%	100%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - ART. 7º, II	5%	0%	0,0%	5%
FI RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, A	65%	0%	3,0%	65%
ETF - RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, B	65%	0%	0,5%	65%
FI RENDA FIXA - GERAL - ART. 7º, IV, A	45%	0%	13,0%	45%
ETF - DEMAIS INDICADORES DE RF - ART. 7º, IV, B	45%	0%	0,5%	45%
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS - ART. 7º, V, B	20%	0%	0,0%	20%
CDB - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - ART. 7º, VI, A	15%	0%	0,0%	15%
POUPANÇA - ART. 7º, VI, B	15%	0%	0,0%	15%
FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR - ART. 7º, VII, A	5%	0%	0,5%	5%
FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO" - ART. 7º, VII, B	10%	0%	3,0%	10%
FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA - ART. 7º, VII, C	5%	0%	0,5%	5%
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	35%	0%	23,0%	35%
FI DE AÇÕES - ÍNDICES C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, A	35%	0%	1,0%	35%
ETF - ÍNDICE DE AÇÕES (C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, B	35%	0%	2,0%	35%
FI DE AÇÕES - GERAL - ART. 8º, II, A	25%	0%	15,0%	25%
ETF - DEMAIS ÍNDICES DE AÇÕES - ART. 8º, II, B	25%	0%	0,0%	25%
FI MULTIMERCADO - ABERTO - ART. 8º, III	10%	0%	4,0%	10%
FI EM PARTICIPAÇÕES - ART. 8º, IV, A	5%	0%	0,0%	5%
FI IMOBILIÁRIOS - ART. 8º, IV, B	5%	0%	0,5%	5%

Comentário Econômico: O mês de novembro foi muito positivo para os mercados, com a redução de incertezas no cenário internacional, principalmente no que se refere à política dos Estados Unidos, e anúncios sobre vacinas contra a covid-19, que aumentaram o otimismo. No entanto, a segunda onda do coronavírus continuou afetando fortemente a Europa e os Estados Unidos, provocando ainda mais políticas de distanciamento social na tentativa de conter as infecções. Aqui no Brasil, novembro começou com a aprovação do projeto de autonomia do Banco Central pelo Senado, fator que contribuiu positivamente para o desempenho dos mercados. O projeto trouxe mudanças não só sobre os processos de indicação e demissão dos diretores e presidente da autoridade monetária, como também o estabelecimento de suas metas e condução da política monetária. Incertezas sobre o cenário fiscal continuaram ao longo



IPREVE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

do mês e trouxeram certa volatilidade aos mercados, mas não influenciaram significativamente o resultado de novembro, que foi majoritariamente positivo também para a renda fixa. As eleições municipais trouxeram novas definições para o cenário político, com o mercado interpretando os resultados nas principais cidades como uma perda de força do presidente Jair Bolsonaro, após ganhos principalmente dos partidos de centro-direita. O principal efeito das eleições no âmbito nacional foi o atraso das votações no Congresso de reformas e projetos que levassem à contenção de gastos do governo, que foram retomadas apenas depois do segundo turno. Os indicadores econômicos brasileiros, divulgados ao longo do mês, demonstraram uma desaceleração da atividade já em setembro, com crescimento de 0,6% nas vendas no varejo, 2,8% na produção industrial e 1,8% no volume de serviços, na comparação com o mês imediatamente anterior. Ainda assim, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) surpreendeu positivamente os mercados, com alta de 1,29% frente a agosto. Já os dados de emprego do mês de outubro continuaram piorando, uma vez que a taxa de desemprego aumentou para 14,6%, enquanto o nível de ocupação caiu para 47,1%. Os dados divulgados mais positivos para os mercados vieram das contas públicas, com a arrecadação de outubro crescendo 9,56% frente a outubro de 2019 e somando R\$ 153,9 bilhões, enquanto o déficit primário do governo central no mês ficou muito abaixo dos R\$ 20 bilhões projetados pelos mercados. Esse último foi de R\$ 3,56 bilhões, resultado que contou com a contribuição da melhor arrecadação e de uma redução inesperada de alguns gastos. Esses dados trouxeram alívio para as contas públicas, e foram responsáveis por uma alta considerável nos índices de renda fixa nos dias em que foram divulgados. Diante desse cenário, o mês de novembro foi muito positivo tanto para a renda fixa quanto para a renda variável. No caso da primeira, os dados das contas públicas foram um dos principais fatores que contribuíram para o desempenho positivo dos índices. Já na nossa bolsa, além das vacinas e das eleições estadunidenses, que contribuíram fortemente para o resultado positivo, houve uma entrada grande de capital estrangeiro, o que ajudou o Índice Bovespa chegar à alta de 15,90% observada no fechamento do mês. Sem mais nada para tratar, foi marcada a próxima reunião conforme calendário marcado para o dia 20/01/20 no mesmo horário, sendo assim segue esta ata assinada pelos presentes, para aprovação do Conselho Fiscal.

Ivo Irineu Bernardo - Presidente do Comitê de Investimentos AMBIMA CPA 10

Edivaldo Navarro Cachoeira - Membro do Comitê de Investimentos – APIMEC

Jonas Nestor da Silva – membro do Comitê de Investimentos